



**CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS (CTPLAN)**  
**Ata da 17ª reunião, realizada em 11 de maio de 2010**

1 Em 11 de maio de 2010, reuniu-se a Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos  
2 (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria  
3 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo  
4 Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Márcio  
5 Antônio de Campos Coury e Cristiane Araújo e Silva – representantes do poder público  
6 estadual; Patrícia Helena Gambogi Boson, Jorge Sadala e Nélida Mara de Menezes –  
7 representantes dos usuários de recursos hídricos; José Ângelo Paganini e Hersília de  
8 Andrade e Santos – representantes de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos  
9 hídricos. Assuntos em pauta. **1) ABERTURA.** O presidente Márcio Antônio de Campos  
10 Coury declarou aberta a 17ª reunião da Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos.  
11 **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Presidente Márcio Antônio de Campos  
12 Coury: “Eu gostaria de, na qualidade de presidente, agradecer-lhes a presença e dizer que  
13 esta é a nossa primeira reunião do exercício de 2010. As reuniões anteriores, por questão  
14 de otimizarmos a nossa agenda, a nossa pauta, nós opinamos por não realizar.  
15 Comunicamos isso aos senhores e então estamos retomando a nossa caminhada de 2010,  
16 hoje, precisamente no dia 11 de maio. Muito obrigado pela presença de todos, muito  
17 obrigado pela compreensão dos senhores com a nossa atenção em elaboramos as pautas e  
18 convocarmos para que aqui viessem e tivéssemos uma reunião bastante objetiva.  
19 Obrigado por esse entendimento, por essa consideração.” **3) EXAME DA ATA DA**  
20 **REUNIÃO ANTERIOR.** Aprovada por unanimidade a ata da 16ª reunião da Câmara  
21 Técnica de Planos de Recursos Hídricos, realizada em 15 de dezembro de 2009, com as  
22 seguintes modificações: – Linha 46, onde está escrito “águas de domínio dos  
23 municípios”, substituir por “águas de domínio do Estado”; – Linha 57, onde está escrito  
24 “plano diretor”, substituir por “Plano Estadual de Recursos Hídricos”. **4) PROPOSTA**  
25 **DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA DO PLANO DIRETOR DA BACIA**  
26 **HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS.** **Apresentação: Rogério de Oliveira**  
27 **Sepúlveda, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.** A  
28 Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos aprovou por unanimidade o  
29 encaminhamento de manifestação, ao Plenário do Conselho Estadual de Recursos  
30 Hídricos, favorável à proposta apresentada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio  
31 das Velhas, no sentido de que os estudos apresentados pelo comitê sejam incorporados  
32 ao Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e considerados como diretriz  
33 na elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos. A CTPLAN aprovou ainda, por  
34 consenso, que a forma de manifestação ao Plenário do CERH será avaliada pela  
35 secretaria executiva, observando-se os mecanismos técnicos e jurídicos disponíveis; e  
36 que deverão ser especificados quais são os estudos desenvolvidos e sugeridos para

37 incorporação ao plano diretor. Nesta sessão, o presidente do Comitê da Bacia  
38 Hidrográfica do Rio das Velhas, Rogério de Oliveira Sepúlveda, fez exposição à Câmara  
39 da proposta de deliberação, que apresenta restrições ao uso de recursos hídricos em  
40 trechos da calha do rio e teve pareceres técnico e jurídico do IGAM favoráveis. O  
41 presidente do Comitê sugeriu, ainda, que a proposta apresentada e aprovada nesta sessão  
42 fosse encaminhada à Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Minas  
43 Gerais. A conselheira Patrícia Helena Gambogi Boson recomendou que a proposta seja  
44 considerada, no âmbito do Plano Estadual de Recursos Hídricos, na avaliação da  
45 transposição do rio São Francisco e seus impactos em Minas Gerais, e propôs uma  
46 moção ao IGAM para coordenar ou apoiar uma campanha de divulgação visando ampliar  
47 a discussão do tema. Cleide Izabel Pedrosa de Melo, diretora Geral do IGAM: “O  
48 IGAM, preocupado com essa questão desses barramentos, não apenas o Santo Hipólito,  
49 mas os cinco barramentos (três no Paracatu, um no Urucuia e um no Velhas), já  
50 encomendou à equipe que está elaborando a segunda fase do Plano Estadual de Recursos  
51 Hídricos um estudo conclusivo sobre o assunto. Esse estudo está sendo desenvolvido,  
52 tem um prazo para ser entregue. Já havia um estudo preliminar, antes da mudança no  
53 projeto, e depois da mudança do projeto foi encomendado um estudo visando aos cinco  
54 barramentos; e esse estudo vai fazer parte do plano. Então o plano vai ter que ser  
55 aprovado pelo Conselho. Automaticamente, esse assunto vai voltar depois fazendo parte  
56 do Plano de Recursos Hídricos do Estado. Eu acho que aí dá uma musculatura maior às  
57 decisões do Estado em relação aos barramentos.” **5) PRODUTOS DO PLANO  
58 ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – RELATÓRIOS SOBRE OS  
59 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS (R3A E R3B) E  
60 RELATÓRIO DA OFICINA 03 (R4). Apresentação: Francisco Lobato,  
61 coordenador do Consórcio Holos/Fahma/ Delgitec.** A Câmara Técnica de Planos de  
62 Recursos Hídricos aprovou por unanimidade os relatórios R3A, R3B e RA, apresentados  
63 nesta sessão pelo coordenador do Consórcio Holos/Fahma/Delgitec, com base nos  
64 pareceres técnico e jurídico do grupo de acompanhamento do contrato de prestação de  
65 serviços, que opinaram favoravelmente à aprovação dos trabalhos. De acordo com os  
66 pareceres do grupo de acompanhamento, aprovados integralmente pela Câmara, os  
67 relatórios foram considerados “adequados e satisfatórios de acordo com o exigido pelo  
68 IGAM e o previsto no termo de referência, no edital de concorrência e no contrato de  
69 prestação de serviços”. Ainda de acordo com os pareceres, o grupo técnico de  
70 acompanhamento “entende que podem e devem ser continuados os estudos previstos no  
71 plano de trabalho revisado, com a elaboração das medidas subsequentes, em  
72 continuidade à elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, e como  
73 consequência o ressarcimento financeiro dos relatórios R3 e R4, conforme estabelecido  
74 no cronograma físico e financeiro contratual”. O presidente Márcio Antônio de Campos  
75 Coury informou que poderá ser pauta para a próxima reunião da Câmara, prevista para  
76 8 de junho, a apresentação do relatório R5. Síntese das contribuições apresentadas pelos  
77 conselheiros, nesta sessão, após a apresentação dos relatórios pelo coordenador do  
78 Consórcio Holos/Fahma/ Delgitec. A conselheira Patrícia Helena Gambogi Boson

79 recomendou que sejam aproveitadas as redes de monitoramento para se fazer articulação  
80 com os processos de licenciamento. Quanto à cobrança pelo uso de recursos hídricos,  
81 propôs “um aprofundamento um pouco maior sobre a região do semiárido”. “Outro  
82 ponto é a questão do Fhidro, e vale aqui colocar um histórico. O Fhidro renasceu agora  
83 nessa última gestão do secretário José Carlos Carvalho. Nessa linha, eu queria que se  
84 desse uma repensada, mesmo como recomendação, porque os fundos têm estruturas  
85 próprias. Essa estrutura nossa de colegiado esbarra com a estrutura do Sisema, que são  
86 comitês e o conselho estadual. Há solução para que o próprio conselho do Fhidro seja  
87 estruturado, mas não há cultura para isso. O estudo cita o Fundo de Compensação  
88 Ambiental criado pelo Ministério do Meio Ambiente e a Caixa Econômica Federal.  
89 Chama-se fundo, mas na verdade é uma conta bancária específica, e que poderia ser uma  
90 saída para a cobrança. Acho que vale a pena debruçar melhor sobre isso. É um fundo que  
91 pode ser, inclusive, gestado por quem dá o dinheiro. A própria empresa que paga a  
92 compensação pode fazer a gestão dessa conta via Caixa Econômica. A sugestão é só para  
93 desenvolver isso melhor. Achei o critério de prorrogação brilhante. E uma recomendação  
94 que faço é para que a gente faça uma revisão do manual de cobrança aprovado, em  
95 função do que foi apresentado nesse estudo. Outra ideia que também achei muito  
96 brilhante foi a compensação municipal. E nessa linha eu queria deixar como  
97 recomendação avaliar melhor o projeto Bolsa Verde, que saiu em Minas e logo depois  
98 foi regulamentado. Nós tentamos incluir o Sisema, que observasse os planos de recursos  
99 hídricos, mas não tivemos esse sucesso. Mas poderia haver uma revisão da lei e do  
100 decreto, que dá para estender a essa questão de compensação ao município; e aí amplia a  
101 ideia só de pagar ao proprietário, amplia a ideia abraçando a compensação ao município  
102 nessa linha.” O conselheiro José Ângelo Paganini solicitou esclarecimentos sobre a rede  
103 estratégica de monitoramento e fez os seguintes comentários. “Nos 374 pontos hoje  
104 implantados vocês indicam 80. Isso não pode levar a uma racionalização do  
105 monitoramento e diminuir a quantidade de pontos de amostragem? Nos comitês, nós  
106 estamos querendo justamente o contrário, aumentar essa rede para possibilitar mais  
107 informações.” Francisco Lobato, coordenador do Consórcio Holos/Fahma/ Delgitec: “A  
108 rede estratégica são os pontos essenciais. Em algumas áreas dos Estados, esses pontos  
109 não existem, alguns pontos não são monitorados. Não há um planejamento estratégico  
110 para a rede. Então os 374 pontos que surgiram foi um histórico de crescimento. Nós não  
111 queremos diminuir o número de pontos, nós queremos achar aqueles que são essenciais.  
112 Em alguns casos, acrescentando indicadores, e em outros cruzando os indicadores com o  
113 perfil regional. Então essa é a diferença da rede estratégica dos 374 a 80 pontos (o que é  
114 uma estimativa), que são fundamentais, devem ser avaliados dessa forma. E, se faltar  
115 dinheiro para a rede, aqueles 80 têm que ficar.” O conselheiro Jorge Sadala consultou  
116 sobre a possibilidade de a cobrança ser feita pelo consumo real, e não apenas pelo  
117 critério de outorga, o que na opinião do conselheiro “oneraria o consumidor”. Francisco  
118 Lobato, coordenador do Consórcio Holos/Fahma/ Delgitec: “Essa é uma deliberação dos  
119 comitês, mas a tendência é que haja um preço para o consumo real e um preço menor  
120 como reserva futura. O máximo que nós podemos fazer no âmbito do plano estadual é

121 propor isso como recomendação. É uma deliberação de cada comitê, que coloca o seu  
122 critério. Eu entendo perfeitamente que um órgão de saneamento deva ter não apenas o  
123 consumo atual, mas uma reserva para futuro. Conselheira Hersília de Andrade e Santos:  
124 “Com relação à Q7-10, que é sempre uma polêmica, nós somos realmente um Estado  
125 mais restritivo, mas acho que esse é um ganho do ponto de vista ambiental, de  
126 prevenção. Acho que têm de ser discutidas as estratégias, mas não deixar de considerar o  
127 meio ambiente como usuário dos recursos hídricos.” Conselheiro Rogério de Oliveira  
128 Sepúlveda: “A lei mineira abrigou, nos usos notórios, a manutenção dos ecossistemas.  
129 Eu acho que tem um debate sobre Q7-10, Q-90, Q-95, uns defendem um critério e outros  
130 defendem outro. Acho que ainda está em aberto. Acho que sempre há oportunidade,  
131 como o sistema de informações do Estado que está sendo analisado, mas eu tenho muita  
132 preocupação de se ter uma colcha de retalhos de um sistema de informação e depois o  
133 órgão gestor não conseguir operar na essência da questão do cadastro de usuários e  
134 também na questão de informações relativas ao licenciamento. Tudo isso hoje a gente  
135 deve pensar que tem que ocorrer para conseguirmos ter uma gestão. Então isso me  
136 preocupa um pouco. O Velhas quer atualizar o seu plano, quer adotar um sistema, mas  
137 perguntamos: ‘Vai ser compatível com o do IGAM?’ Como se tem muito por fazer  
138 ainda, acho que o Plano Estadual é o momento ideal. Outra coisa é o plano não ser  
139 tímido em relação aos outros sistemas, deveria ser meio provocador e interagir melhor.  
140 Na linha da estratégia e da colaboração, saber como relacionar com o outro sistema, de  
141 maneira que o objetivo maior seja alcançado. Eu já vi que aquela relação com o sistema  
142 municipal de gestão urbana está incorporada, e isso é fundamental, como para os outros  
143 sistemas, sistema energético, sistema de desenvolvimento etc. E quanto à compensação,  
144 já existe aquela compensação aos municípios pelas áreas inundadas, e tem aquelas dos  
145 recursos hídricos. Eu tenho preocupação, quem está em comitê, muitas vezes, vê outros  
146 órgãos utilizando recursos, entre aspas nosso, e quando vai ver o município não teve  
147 nenhuma coerência, nem lembra que o sistema existe. É importante não ter a timidez, e  
148 dizer que o Fhidro deve ser para ações de recuperação da bacia.” **6) ASSUNTOS**  
149 **GERAIS.** Cleide Izabel Pedrosa de Melo, diretora Geral do IGAM: “Primeiro, eu queria  
150 parabenizar pelo plano, pelo produto apresentado aqui. E queria colocar aqui o seguinte.  
151 A Secretaria de Recursos Hídricos está fazendo a revisão do Plano Nacional de Recursos  
152 Hídricos, e na realidade a gente não vai precisar nem de uma revisão, é uma  
153 reestruturação para que ele vire um plano de fato. E dentro do cronograma da Secretaria  
154 ele seria discutido em todas as regiões hidrográficas do Brasil. Existe um cronograma  
155 que teria que ter começado em maio, e essa discussão se estenderia até junho, quando  
156 então teria a proposta final. Nós nos reunimos, os órgãos gestores estaduais, e pedimos  
157 ao doutor Silvano que reformulasse esse cronograma, porque entendemos que, antes de  
158 fazer as reuniões regionais, temos que lembrar que Minas participa de quatro regiões  
159 hidrográficas. E nós vamos sediar o encontro da região hidrográfica do São Francisco.  
160 Então pedimos que tivesse uma chance de a gente discutir nos Estados o que a gente  
161 acharia da interface desse plano nacional com os interesses do Estado, com as  
162 intersecções com as outras bacias com as quais compartilhamos, para que a gente

163 pudesse dar uma contribuição. Porque não adiantaria nada fazer uma reunião nas regiões  
164 hidrográficas sem uma proposta estudada. É fundamental a participação do Conselho  
165 Estadual de Recursos Hídricos, principalmente desta Câmara Técnica, e nós  
166 conseguimos adiar essas reuniões, que vão ser agora a partir de final de agosto e  
167 setembro. Então teremos esse prazo para fazer algumas reuniões internas e estudar. Já  
168 tem, inclusive, uma tabela que estamos fazendo, que traríamos para discutir com o  
169 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com os comitês de bacias, e a gente fazer uma  
170 discussão para apresentar realmente uma proposta do Estado que possa ajudar nessa  
171 consolidação. E queríamos muito contar com o Conselho e com a Câmara Técnica.”  
172 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente  
173 Márcio Antônio de Campos Coury agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a  
174 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

175  
176 APROVAÇÃO DA ATA  
177

---

178  
179 Presidente Márcio Antônio de Campos Coury  
180 (representante da Fundação Rural Mineira)  
181

---

182  
183 Cristiane Araújo e Silva  
184 (representante da Secretaria de Planejamento e Gestão)  
185

---

186  
187 Patrícia Helena Gambogi Boson  
188 (representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais)  
189

---

190  
191 Jorge Sadala  
192 (representante da Companhia de Saneamento de Minas Gerais)  
193

---

194  
195 Nélida Mara de Menezes  
196 (representante da Companhia Energética de Minas Gerais)  
197

---

198  
199 José Ângelo Paganini  
200 (representante da Fundação Relictos)  
201

---

202  
203 Hersília de Andrade e Santos  
204 (representante do Instituto SOS Guaicuy)